

Os antropólogos e a domesticação derivações e ressurgências de um conceito⁴⁰

Carlos Emanuel Sautchuk
Universidade de Brasília

Afirmar as vicissitudes e variações da noção de domesticação na antropologia social não consiste em novidade alguma. Explorar o caráter positivo dessa inconstância do termo também não é algo raro. Marilyn Strathern (2004, p. 55) é uma das autoras que ressaltou a “ambiguidade fascinante” do termo doméstico, a propósito da conhecida rediscussão sobre natureza e cultura que empreendeu em 1980. Nas décadas seguintes, as derivações dessa noção continuariam a ser mobilizadas, inclusive potencializando as abordagens antropológicas sobre as relações entre humanos e animais. A bem da concisão e representatividade, bastaria acompanhar os sentidos desse termo na obra de dois dos principais antropólogos responsáveis por solapar as bases da dicotomia entre natureza e cultura na antropologia, a saber: Philippe Descola e Tim Ingold. Partindo de pesquisas de campo interessadas na relação com plantas e animais, esses autores acionaram articulações criativas entre a dimensão prática, a ecologia, a fenomenologia, fazendo alguns movimentos similares ou correspondentes (Descola e Ingold, 2014), embora ambientados em pressupostos e tradições intelectuais distintas e por vezes hostis (Ingold, 2016 e Descola, 2016). Seria difícil dissociar as diversas estratégias relativas ao projeto de crítica à distinção entre natureza e cultura e seus desdobramentos das formas como a noção de domesticação se transmuta ao longo de suas obras.

O título original da tese de Philippe Descola (1986) – *A natureza doméstica*, em tradução livre – contém um oxímoro que desafia a distinção entre selvagem e doméstico, em torno do qual se organiza sua interpretação do mundo achuar. O argumento central afirma que a natureza é domesticada, no sentido de socializada pelo imaginário, muito além do que é controlada materialmen-

40 Partes deste capítulo foram apresentadas em três oportunidades. Na conferência de abertura do evento “Outras simetrias: diálogos antropológicos sobre humanos e animais”, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; no seminário “Domesticação em debate: conceitos, práticas e naturezas”, realizado em 2015 no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, organizado também pelo *Institut de recherche pour le développement* (IRD, França); e no grupo de leitura do *Artic Domus project*, na Universidade de Aberdeen, em 2016. Todos esses diálogos contribuíram para a evolução destas reflexões, razão pela qual agradeço aos participantes e organizadores. Argumentos e trechos deste texto foram publicados anteriormente em inglês (Sautchuk, 2016).

te. Ele se inspira em Andrés-Georges Haudricourt (2013 [1962]) para indicar que o modo de tratamento da natureza tem uma correspondência com o modo de tratamento dos outros (Descola 1986, p. 401), de maneira que certas práticas, como a agricultura ou a caça, têm paralelos com diferentes modos de relação entre humanos. O termo domesticação indica, assim, uma ampliação da socialidade achuar para a floresta, ao mesmo tempo em que uma introjeção desses aspectos da natureza na forma de vida dos achuar. A mesma acepção do doméstico como oikos aparece nessa obra através da frequente adição do adjetivo doméstico a termos como unidade, paz, produção, economia e grupo.

Mas o sentido da noção de domesticação varia ao longo do livro. Descola a utiliza também para designar estados de animais e plantas particulares. O termo achuar *tanku*, que se refere tanto aos animais amansados quanto àqueles permanentemente domesticados, é traduzido por Descola pelo termo doméstico. Já a palavra *aramu*, que indica a possibilidade de manipulação pelo homem, refere-se tanto às plantas “realmente domesticadas” quanto àquelas semidomesticadas ou aclimatadas. Por outro lado, Descola (1986, p. 399) refere-se também à domesticação dos parentes afins. Em escritos posteriores, esse autor voltaria ao tema da domesticação animal, agora adotando uma acepção estrita, considerando-a como controle da reprodução de uma espécie (Descola, 1998, 2013). Isso para poder opor o amansamento ameríndio às práticas europeias de criação animal, contribuindo, assim, para sua interpretação sobre o fato de que não houve um controle da reprodução da fauna autóctone nas terras baixas⁴¹.

A obra de Tim Ingold também é ilustrativa das variações táticas que a noção de domesticação pode experimentar. De ferramenta para uma aproximação das relações interespecíficas entre humanos e renas (Ingold, 1976 e 1982), a domesticação passa a figurar como um modo de reposicionar a relação entre humanos e animais no plano da evolução (Ingold, 1987); em seguida é repensada no âmbito de uma crítica à sociedade industrial (Ingold, 2000); e, por fim, tem seu valor como conceito dissipado pela ideia de uma onipresença da vida (Ingold, 2011) (cf. Sautchuk e Stoeckli, 2012). Isso não impede Ingold (2013) de recolocar recentemente a importância de seus achados etnográficos iniciais sobre a relação entre os Skolts e as renas para o decurso de suas reflexões sobre humanos e animais. Portanto, a domesticação em Ingold sempre esteve associada a uma questão que, na verdade, é o correlato do título do famoso livro por ele organizado (Ingold, 1988). Ou seja, voltar o olhar para os fenômenos associados à domesticação leva justamente a recolocar os termos da própria antropologia. Perguntar pela domesticação não

⁴¹ Descola se insere num debate importante sobre o sentido dos animais de criação entre os ameríndios (cf. Erikson, 1987 e 2012), que se desdobra em pesquisas mais recentes (Vander Velden, 2012).

significa apenas incluir o animal na abordagem antropológica, mas é, em certo sentido, perguntar *what is a human?*

Esse breve percurso pelos diferentes sentidos da domesticação na obra de Descola e Ingold descortina a ideia central deste capítulo. Trata-se do fato de que o valor desse termo para a antropologia está justamente na maleabilidade com que ele pode ser empregado, o que permite diferentes torções e aproximações. Isso leva à conclusão de que a aproximação dos antropólogos à domesticação não deveria ser ingênua ou redutora. Utilizar a domesticação como um conceito com definição unívoca e estrita, seja para categorizar uma forma de relação, seja para afirmar uma oposição, pode ter boas razões. Mas, como veremos, rejeitar o termo ou circunscrevê-lo a uma acepção estrita, de forma definitiva, parece resultar em fugir a um campo de tensões no qual a antropologia pode ter muito a ganhar. Vários antropólogos têm percebido a importância desse movimento, seja em direção a uma releitura do passado das relações entre humanos e animais ou a uma abordagem de práticas contemporâneas. Assim, este capítulo busca demonstrar que a situação não é tão simples a ponto de permitir anular ou descartar a noção de domesticação (e as controvérsias e processos nela implicados) com o argumento de que ela é obsoleta, antropocêntrica ou eurocêntrica.

Com isso, chega-se a um de dois resultados: ou se simplifica erroneamente uma forma ocidental de lidar com animais e plantas e seus desdobramentos políticos, como demonstra a recente interpretação de Scott (2017); ou se voltam as costas para outras abordagens disciplinares que têm apontado atualmente a complexidade e variedade das situações abarcadas sob o termo domesticação. Ademais, no plano teórico, a rejeição sumária de uma noção, sua substituição por um neologismo ou sua redução a uma caricatura que facilite a crítica não é, necessariamente, a solução dos impasses epistemológicos que subjazem a ela. Muitas vezes, aliás, a simples rejeição pode significar manter a ignorância sobre os termos de certas discussões e sustar a reflexividade em torno de dicotomias tácitas, que, conscientemente ou não, terminam por guiar o encontro etnográfico. Alguns dilemas de fato podem ser paralisantes e merecem ser abandonados em prol de novas categorias, mas parece razoável supor que a contraposição taxativa e a demonização teórico-metodológica comportam também o risco de se adotar uma postura, digamos, tão renovadora quanto superficial.

Diante disso, o presente capítulo busca delinear a recente retomada da noção de domesticação na antropologia, que se conecta com o impacto de pesquisas e debates de outras disciplinas. Em seguida, repasso duas abordagens teóricas e etnográficas sofisticadas sobre a domesticação, relativamente pouco revisitadas atualmente, a saber: a de Tim Ingold e a dos autores franceses vol-

tados ao estudo sobre a técnica e os animais, que influenciaram o pensamento de Descola. Por fim, avanço nos sentidos pelos quais a domesticação tem sido trazida ao centro de pesquisas e de debates mais recentes, indicando perspectivas contemporâneas.

Reconsiderando a domesticação

Lembremos logo que, nas discussões sobre domesticação, a antropologia habitualmente maneja conceitos oriundos de outras disciplinas, como a arqueologia e a biologia evolutiva. E, se a antropologia social e cultural passou algumas décadas sem considerar esse conceito nos seus principais debates, os campos adjacentes continuaram produzindo novas abordagens e perspectivas. Na arqueologia, por exemplo, a noção de domesticação tem-se afastado de uma busca pelas origens e apontado para algo mais processual, tendo sido qualificada como gradual, reversível, múltipla, mútua, não intencional e imprevista (Lien, 2013, p. 13).

Ao traçar um panorama das transposições desse termo para o âmbito da antropologia, Nerissa Russell (2002) demonstra como, grosso modo, duas linhas de entendimento da domesticação se distinguem, uma delas favorecendo uma visão do controle da reprodução e enfatizando a intencionalidade humana, e outra indicando relações nas duas direções. O'Connor (1997), por exemplo, a partir da análise dos casos de pardais e ratos domésticos, contrapõe que é equivocado tomar a domesticação como a exploração de outros animais pelos humanos, defendendo que se trata antes de relações mutualistas, que beneficiam a ambos. Já Clutton-Brock (1994) ressalta que os humanos se beneficiariam mais e teriam modificado os animais em termos contrários à sua melhor adaptação, enfatizando as ideias de controle e catividade. Com perspicácia, Russell (2002, p. 289) observa que essa controvérsia está condicionada pelas definições de “benefício” – definições que não necessariamente precisam estar circunscritas ao sucesso reprodutivo e que levam também a um debate sobre escalas temporais e unidades relevantes de análise (indivíduo, população, espécie). Para a antropologia social, parece que essa é uma questão de primeira ordem, a ser respondida pela etnografia.

O livro organizado por Cassidy e Mullin (2007) é justamente uma obra em que diversos autores exploram a repercussão desses debates na antropologia, apresentando questões e proposições a partir de estudos empíricos. Nos artigos ali reunidos, vários tipos de situações têm contribuído para levar os antropólogos a repensar definições antropocêntricas de domesticação: doen-

ças, comensalidade, interações imprevistas, seleção inconsciente por meio de alterações no ambiente, arquitetura, coabitação, produção de animais selvagens em safáris ou pela ação conservacionista, piscicultura, a comensalidade indesejada (como de ratos e de pardais).

Vários estudiosos, incluindo alguns arqueólogos, têm contribuído para que se critique a ênfase em noções como propriedade e controle humanos, em favor de nexos mais flexíveis e simétricos, como cooperação e troca. Alguns vão mais longe, considerando que plantas e animais é que domesticaram os humanos. Diante disso, quais seriam as consequências de se pensar, por exemplo, a partir de uma ideia como a de codomesticação? Na introdução ao volume, Cassidy (2007, p. 20) observa com razão que o desafio não está apenas em repensar a domesticação em função das novas tecnologias e dos novos tipos de encontros entre humanos e animais, mas de insistir sobre um problema mais antigo: que a domesticação é um processo muito diverso, em transformação e sem predefinições, de tal modo que o contraste entre posições mais próximas do mutualismo ou mais acercadas da ideia de domínio humano pode assumir vários formatos nesse debate (Cassidy 2007, p. 10).

Helen Leach, que também contribui na obra, defende a ênfase na reciprocidade, de modo que se possa inclusive falar de uma domesticação humana, num sentido propriamente biológico. Leach (2003) defende que há um paralelismo entre as transformações morfológicas de animais e de humanos no Pleistoceno e no Holoceno – por mais que as explicações se vinculem normalmente a arenas científicas e critérios diferentes, uma no âmbito da evolução humana, outra nos estudos sobre domesticação animal. Ela argumenta, então, que, ao se admitir essa correlação de transformações a partir da convivência entre espécies, a noção de domesticação não poderia mais estar fundada na ideia do domínio humano e de sua intencionalidade (Leach, 2003, p. 359).

Mas é preciso notar que, ainda que assuma um papel importante na atual “reconsideração” da noção de domesticação face às discussões contemporâneas sobre natureza e cultura, esse tipo de paralelismo está longe de ser totalmente novo no cenário da antropologia social ou cultural (cf. Lien, 2015, p. 11-2). O próprio Boas (1938) já usava a expressão domesticação humana, num sentido efetivamente morfológico. Por outro lado, a inversão do sentido ou a simetria no reconhecimento de efeitos oriundos da convivência entre humanos e animais foi também observada por Mauss. No *Manual de Etnografia*, ele lança uma crítica ao caráter antropocêntrico da ideia de domesticação, acrescida da constatação de que, se é possível dizer que o homem domesticou o cachorro, deveríamos considerar que foi o gato quem domesticou o homem (Mauss, 2006, p. 123). Noutro registro, propriamente etnográfico, Evans-Pritchard

(2007) se referiu aos Nuer como simbioses, parasitas ou escravos do gado e afirmou também que eles empregavam um idioma bovino, associando os termos de sua vida social à dinâmica de sua relação com o animal. Isso dá uma ideia de que, bem antes da emergência da agenda dos estudos sobre animais ou da etnografia multiespécies (Kirksey e Helmreich, 2010) como propostas definidas, a antropologia foi levada a repensar a ideia de um domínio ou controle humano na relação com os animais.

Se o incômodo com uma definição estrita de domesticação persegue a antropologia há tempos, as insatisfações mais recentes expressam a eclosão da crítica à distinção natureza e cultura, o que dá o tom das novas buscas conceituais e teóricas. Embora seja preciso notar que, se o movimento atual de “reconsideração” tende para o reconhecimento de uma simetria, com expressões como mutualismo, simbiose e reciprocidade, por outro lado ele não busca rejeitar o termo domesticação. E tampouco pretende oferecer uma nova definição, mais adequada. Para Russell (2002, p. 285), seria extremamente difícil formular uma definição satisfatória para a domesticação animal, pois o amplo espectro das relações humano/animal não se adequa à dicotomia selvagem/doméstico ou à distinção entre biológico e social. Ainda assim, ou justamente por isso, objetiva-se manter a noção por seu poder analítico (Russell, 2002, p. 297), seu valor heurístico (Leach, 2003, p. 359), seu potencial de comparar e mobilizar conexões e continuidades através de diferentes temas e domínios temporais (Lien, 2015, p. 5). Cumpre enfatizar, portanto, que essa espécie de reafirmação que a noção de domesticação experimenta atualmente na antropologia se baseia exatamente na explicitação e na exploração das antinomias maiores e insolúveis implicadas nela.

De fato, esta opção por resguardar e potencializar os dilemas intrínsecos da noção de domesticação é uma formulação instigante. Assim, obtém-se não tanto uma chave para discernir, dar significado e classificar determinados fenômenos (o que implicaria insuperáveis problemas de níveis e critérios), mas se instaura um campo de debates e controvérsias atravessado por algumas dicotomias centrais do pensamento moderno, cuja exploração crítica pode ser um vetor de compreensão etnográfica, como dominação-mutualismo, selvagem-doméstico, natureza-cultura, sujeito-objeto, intenção-acaso. Mas há também outra razão, de ordem empírica ou metodológica. É que manter esse termo – não apenas num sentido metafórico ou simbólico, como foi muito comum na antropologia da segunda metade do século XX (Shanklin, 1985; Russell, 2007 e Cassidy, 2007) – diminui as chances de as abordagens antropológicas se afastarem da atenção à dinâmica de interações práticas que deveria marcar o tratamento das relações com os animais e vegetais.

Russell (2007, p. 41) considera que, mais do que tentar escolher entre diferentes definições para a domesticação, para reconhecê-la aqui ou ali, deveríamos entendê-la melhor através da elucidação de suas práticas, através de estudos dedicados às classificações do humano e do não humano, às formas de intimidade ou familiarização, poder e propriedade, regulação da reprodução. Harmonizo com tal percepção, mas acredito também que este movimento recente de interesse pelas relações entre humanos e animais, incluindo a reconsideração da domesticação, tem gerado mais aportes de ordem conceitual e epistemológica do que propriamente alternativas de ordem empírica (Lien, 2013, p. 22-3), se ainda é possível expressarmos-nos nesses termos.

Em outras palavras, se as intenções de reposicionar em termos simétricos a reflexão acerca dos pressupostos antropológicos sobre relações entre humanos e animais têm sido extremamente bem-sucedidas, creio que permanecem ainda grandes impasses acerca de como desdobrar isso etnograficamente (refiro-me a formas de abordagens, não a modelos prontos, evidentemente). Como repensar o papel do discurso humano, das ações, em relação aos fenômenos de outra ordem na abordagem antropológica da relação com os animais? Nessa quadra, desenvolvem-se vários debates fundamentais, com importantes reconfigurações teóricas. Por exemplo, a própria crítica da distinção natureza e cultura indicava a necessidade de novos horizontes metodológicos (Descola e Pálsson, 1996). Por outro lado, a possibilidade de uma antropologia não antropocêntrica é um tema que tem sido abordado de diferentes maneiras por antropólogos contemporâneos, como Tsing (2015) e Kohn (2013). Entretanto, parece que menos ênfase tem sido dada a se repensarem as condições em que se desenvolve a etnografia sobre a relação entre humanos e animais frente a este cenário instigante das simetrias e da tentativa de superação do postulado epistêmico (e ontológico) da distinção entre natureza e cultura.

No caso brasileiro, não parece despropositado somar outro comentário. É que a recente voga de estudos sobre relações entre humanos e animais, impulsionada inicialmente por excelentes estudos sobre ciência e inovações socio-técnicas e pelos movimentos recentes da etnologia indígena, além dos estudos sobre animais, ainda parece relativamente tímida em sua preocupação com o chamado mundo rural – agricultores, pescadores, criadores, técnicos agrícolas, etc. –, mesmo que mais recentemente haja um esforço notável nessa direção (p. ex. Stoeckli, 2015; Leal, 2015; Froehlich, 2016; Nascimento, 2016; Sordi, 2017). Isso soa tanto mais relevante na medida em que os estudos sobre campesinato ou sobre populações tradicionais no país costumaram dedicar mais atenção a outras dimensões do que à relação com os animais e vegetais, o que indica, no mínimo, que há um vasto campo de pesquisa a se avançar.

Esta conjunção de uma rediscussão sobre os termos da noção de domesticação associada a um interesse etnográfico pelo tema torna oportuna a revisitação de dois tipos de elaborações sobre a aproximação etnográfica à relação entre humanos e animais. Ambos são diretamente vinculados ao tema da domesticação, e podem contribuir em relação ao que tomo a licença de considerar uma certa limitação de aproximação empírica com que parecemos nos deparar quando a etnografia apresenta situações tais qual a relação entre humanos e animais. Como não raro acontece na antropologia, certas chaves muitas vezes estão atrás de nós.

Com isso em mente, retorno às elaborações sobre domesticação animal empreendidas na década de 1980 no âmbito da antropologia da técnica francesa e também nos trabalhos iniciais de Tim Ingold sobre as renas. A intenção aqui é menos de uma exegese ou de uma replicação da proposta desses autores. Trata-se de ressaltar certas posturas que permitem a eles conectar situações etnográficas específicas com o problema mais amplo da domesticação, o que implica outra escala temporal, um nível de generalidade maior e um franco diálogo interdisciplinar. Evitando associações metafóricas ou analogias, essas duas perspectivas parecem ter oferecido alternativas para lidar com o tema que são ainda válidas no cenário atual, em que a crítica radical das distinções natureza-cultura e seus derivados conceituais se têm deparado com os desafios empíricos de se pesquisarem relações entre humanos e animais (Descola e Pálsson, 1996).

Domesticação como ação e sistema

Começemos por Jean-Pierre Digard, um dos principais nomes da antropologia da técnica francesa, vertente derivada da obra de Marcel Mauss (2006) que teve menor disseminação fora da França. Autor de obra incontornável sobre o tema, intitulada *L'homme et les animaux domestiques*, Digard (1990) defende que se compreenda a domesticação não como estados fixos, mas como processos, um continuum de relações possíveis. Ele propõe pensar numa “ação domesticatória”, o que auxilia a evitar a ideia de uma progressão unilinear. Desse modo, não faz sentido perguntar-se pelas “primeiras” domesticações ou pelas domesticações “verdadeiras” e nem mesmo se determinado animal é domesticado ou não, no sentido substantivo, mas focar práticas de domesticação específicas.

Não se trata aqui apenas de uma manobra retórica, mas de uma maneira de privilegiar uma abordagem que evite pré-concepções acerca das relações

com os animais. O diálogo com aspectos da biologia animal, inclusive da zootecnia, não visa a importar seus argumentos, mas a pensá-los como fatores cujo sentido se dá no interior de um determinado “sistema domesticatório”. Assim, não existiriam impossibilidades ou facilidades no sentido geral, mas sempre referentes a cada sistema domesticatório, que para Digard inclui um sistema de relações sociais e de representações.

Apesar de adotar certa distinção entre o prático, o social e as representações, Digard busca justamente afirmar uma equivalência entre as relações sociais (entre humanos) e aquelas com os animais num sistema domesticatório (Pelosse, 1991). Ele adota uma perspectiva dinâmica, em dois sentidos: o primeiro sincrônico, ou seja, visa a compreender o ato domesticatório a partir da “cadeia comportamental”, num sentido interativo; mas também do ponto de vista diacrônico, ou histórico, recuperando processos de domesticações, feralizações, etc. Assim, situações liminares, que ficariam no limbo da relação doméstico-selvagem, não são tidas como extraordinárias, mas absolutamente comuns no fluxo de relações entre humanos e animais. “Todos os dias, em todas as partes do mundo (mais ou menos), gatos, cachorros, cavalos, porcos ‘retornam’ à vida selvagem” (Digard, 1988, p. 34). Mais do que uma passagem, um estágio provisório, “há muitos animais que permanecem nesta situação limítrofe: camelídeos andinos, renas, porcos na Nova-Guiné, elefantes na Ásia etc.” (ibid., p. 35). De certo modo, essa visão histórica neutraliza a estranheza que podem causar situações tidas como híbridas.

Nessa perspectiva, os “casos-limite” deveriam ser os objetos privilegiados, em relação aos quais as pressuposições acerca da domesticação e de seus princípios são postas em cheque e por meio dos quais se apresenta melhor a riqueza de variantes e de componentes do processo domesticatório (Digard, 1990, p. 35). Digard (1992, p. 254) está pensando aqui em exemplos como a “caça seletiva” da Vicunha, nos Andes, que está entre a caça e a criação, ou seja, mais próxima de um processo de gestão do território do que da predação cega de uma espécie. Esses casos-limite têm sido privilegiados nos estudos sobre relação entre humanos e animais de modo geral e sobre a domesticação em particular. Bastaria citar os estudos de Felipe Vander Velden (2012) sobre bois, galinhas e cães entre os Karitiana.

Note-se que Digard reafirma a validade do termo domesticação, mas na qualidade de uma categoria *omnibus*, abarcando processos extremamente diversos, que passam por padrões de relações distintos entre humanos e animais. E as nuances nessa matéria têm toda a importância – familiarizado, domado, adestrado, aclimatado, cativo, confinado –, assim como as diferentes unidades de análise – indivíduo, grupo, espécie, etc. (Digard, 1988, p. 33). Esses pro-

cessos geram também variações e reconfigurações no âmbito biológico, que Digard (2012) denominou mais recentemente de biodiversidade doméstica.

Sob influência de André Leroi-Gourhan (1971 e 1973), que enfatiza os modos de agrupamento como aspecto fundamental, Digard defende que a etnografia recaia sobre os “meios de ação sobre o animal”, o que torna as classificações exteriores, baseadas na zoologia, na geografia ou na economia, de pronto inadequadas. Outro ponto é que o tipo de relação só pode ser considerado a partir da etnografia das interações em vigor numa dada situação. Por exemplo, em muitos casos de animais gregários, não é correto pensar na espécie ou no animal como unidade de análise privilegiada, mas no grupo: é no nível do rebanho que devem ser compreendidas as ações (dimensões, composição, comportamento, deslocamento, alimentação, etc.). Esses aspectos relacionais, e não o indivíduo, a espécie ou a caracterização mais ampla de uma atividade (pecuária ou piscicultura, por exemplo), é que devem ganhar o primeiro plano no estudo etnográfico. Nota-se nisso uma cautela em relação à adoção de pressupostos em torno da espécie ou das relações entre humanos e animais, pois as relações relevantes podem não estar onde se julga de início.

Numa linha próxima, François Sigaut concorda que a domesticação é um fato técnico e como tal só pode ser entendida a partir de uma etnografia minuciosa e diligente de suas interações práticas. Desse modo, a criação de bois não pode ser analisada num sentido genérico, tendo como caução a noção de espécie, pois ela será distinta caso eles ofereçam trabalho, leite, carne ou couro, por exemplo. Sigaut (1980) defendeu esse argumento num artigo célebre, no qual, a partir da elaboração de um quadro de produtos gerados por diferentes animais, ele critica a hipótese alimentar que guiava em grande parte os estudos sobre domesticação. Trata-se de uma abordagem da domesticação desde a perspectiva do animal (Pelosse, 1991), sem, entretanto, eludir o fato de que ele é usado pelos humanos.

Sigaut busca demonstrar que o sentido e o uso do animal não estão ligados à sua unidade zoológica (a espécie), mas sim aos produtos resultantes dessa relação. Produtos não apenas no sentido econômico, e muito menos utilitarista – ele fala em produtos corporais, energia, comportamentos e signos. Sigaut abre, assim, digamos, a caixa-preta do animal, fazendo com que seu significado seja sempre relativo a um contexto relacional e parcial. Ademais, esta abordagem dos produtos e das técnicas possibilita raciocinar a partir das variadas formas de relação com o animal, evitando que se privilegie uma delas de antemão. Lembremos também que, nessa perspectiva, esses “produtos” não são determinados, mas invenções, que só existem no conjunto de práticas a eles associadas. A energia motora do animal só se torna um produto quando

os meios e as concepções para utilizá-lo existem naquela situação etnográfica. Isso faz com que, da mesma maneira que as definições zoológicas, as categorias de identificação econômica dos grupos humanos (pastores, caçadores, etc.) sejam enganosas no plano etnográfico. Sigaut aponta o risco de se manejar irrefletidamente na antropologia as expressões caçadores-coletores, pastores nômades, na medida em que um povo pode caçar para se vestir, enquanto o outro pratica a agricultura para esse mesmo fim. A criação de gado para leite, para carne, para retirar o sangue, para trabalho, para a reprodução ou sua manutenção com fins sagrados resulta em relações muito distintas, dificilmente contidas numa definição estrita de domesticação.

Tanto Sigaut quanto Digard defendem o caráter recíproco da relação de domesticação, e ambos defendem uma amplitude de significação. Mas, enquanto o primeiro é reticente quanto à sua utilidade como conceito, o segundo o adota justamente em função de sua abrangência. O ato domesticador para Digard tem efeitos sobre o homem e o animal, e todos os meios de ação têm efeitos múltiplos. Assim, o bastão que afasta os animais predadores serve para guiar e direcionar os animais. As cercas evitam a dispersão, mas servem também para contar, separar, organizar. Da mesma maneira, quando disponibiliza alimento e favorece a reprodução (intencionalmente ou não), o humano está incrementando transformações no comportamento (Digard, 1988, p. 44). A perspectiva de Digard oferece, portanto, grande abertura na percepção etnográfica, mas é preciso também apontar que ele parece considerar o humano um aspecto invariavelmente central desses processos, de certo modo sublinhando a ideia de espécie.

A sensibilidade empírica para a reciprocidade, o mutualismo ou a participação ativa do animal no processo de domesticação é expressa ainda mais claramente por outro antropólogo, aluno de Mauss: André-Georges Haudricourt. Tratando da domesticação animal e vegetal, Haudricourt (1969) afirma que as próprias relações sociais seriam correspondentes com as relações com a natureza. Mas ele está longe de qualquer correlação determinista tipificadora, como a que considera que pastores ou caçadores apresentem necessariamente certas conformações sociais. Através de uma comparação (um tanto anacrônica e excessivamente genérica, diga-se) entre a domesticação de animais e vegetais e as formas de governo no mediterrâneo e na China, ele afirma que o importante são os modos de relação. O pastoreio mediterrâneo emprega um tipo de ação direta e positiva, que estipula a presença e o direcionamento de um condutor. Por outro lado, a perspectiva de jardinagem e criação chinesa privilegia a ação indireta negativa, cujo objetivo é eliminar obstáculos e permitir a fluidez de ações do ser domesticado ou governado. Assim, ações de

domesticação ou formas de pastoralismo podem implicar modos de relação radicalmente distintos. Essa é, aliás, a constatação de dois comentários sobre a apropriação recente da noção de domesticação – seja de Rival (2012), que evoca Haudricourt em sua crítica à oposição de Knight entre caça e domesticação; seja de Ingold (2015, p. 27), quando relê sua própria interpretação da passagem “da confiança à dominação”, reconhecendo a existência de diferentes “modelos de dominação”.

Para Haudricourt o modo de agir é ligado a um certo padrão de relações e perpassa tanto o âmbito social quanto o de ações com a natureza. Ele vai ainda mais longe, mostrando que as ações humanas são na verdade interações, no sentido forte e circunstanciado do termo, pois devem ser entendidas a partir de um diálogo direto com o potencial de ação de plantas e animais. Essa intuição não chega a ser desenvolvida, mas parece estar na mesma linha da referência que Haudricourt (1988) faria tempos depois a Gregory Bateson e Jakob von Uexküll (2010), ao ressaltar a importância de se compreenderem a perspectiva do animal e sua forma de comunicação.

Como mostra Carole Ferret (2012) no desdobramento que faz das proposições de Haudricourt, trata-se de uma antropologia da ação entre humanos e não humanos. Uma vez que se trata de seres vivos, a ação nunca é apenas um fazer, mas um fazer fazer. Ou seja, a técnica envolvida na domesticação é, sempre, de ordem relacional, porque ela própria compreende também a ação do vegetal ou do animal domesticado. Mas tal projeto depende de uma etnografia sensível para essas interações, que podem ser de diversos tipos. É justamente um conjunto de ferramentas metodológicas e conceituais para esse tipo de abordagem que esses autores oferecem.

Domesticação, ecologia e percepção

Outra contribuição significativa, inclusive com certos direcionamentos similares, são os trabalhos iniciais de Tim Ingold. Reitero que não estou defendendo aqui a reedição pura e simples da proposta desses trabalhos franceses e desse primeiro Ingold – o momento e os dilemas da antropologia são diferentes hoje. O que estou buscando apontar aqui é que esses trabalhos são extremamente bem-sucedidos na articulação que empreenderam entre as discussões conceituais e metodológicas de âmbito zoológico e ecológico (especialmente sobre domesticação) e as situações etnográficas, sem a submissão destas àquelas. Acredito, inclusive, que esse esforço aporta elementos significativos para lidar com discussões comumente evocadas por uma postura que

busca acionar a simetria na abordagem das relações entre humanos e animais, tratando de evitar ao mesmo tempo o materialismo ou determinismos naturais e o antropocentrismo ou o sociocentrismo, além de dialogar com os estudos de outras áreas.

Isso se dá justamente porque o que eles buscaram privilegiar nesse diálogo interdisciplinar foram os meios de se aproximar das formas de ação ou de relação entre humanos e animais, e não apenas transpor conceitos e classificações. Por isso, apesar das diferenças entre os autores franceses referidos acima e Ingold, ênfase o intento similar de expandir o termo domesticação, a ponto de fazê-lo perder sua função analítica e descritiva, para tornar-se a evocação de um conjunto de questões passíveis de exploração etnográfica. A partir disso, são inseridas novas preocupações, mais de ordem relacional e empírica do que classificadora e generalizante – no caso dos franceses, como vimos, os pressupostos da antropologia da técnica de origem maussiana; no caso ingoldiano, uma reelaboração da ecologia. Ambos conseguem empreender um diálogo entre a etnografia e as questões envolvidas na domesticação num sentido propriamente dinâmico e operativo.

Em sua tese de doutorado sobre a criação de renas no norte da Finlândia (1976), Ingold postula algo que remete ao argumento de Digard e que exerce impacto considerável em sua etnografia e nos escritos ulteriores: a rena situa-se numa fronteira que desafia as distinções entre o doméstico e o selvagem, justamente porque os qualificativos dessas duas noções se distribuem de forma desigual nas formas de relação que ele constatava em campo com esse animal.

Numa das principais conclusões do trabalho, ele observa que o padrão de um pastoralismo intensivo-simbiótico viria a ser substituído por outro, de tipo extensivo-predatório, resultado de três fatores, não diretamente vinculados aos animais: deterioração dos pastos, adoção do trenó motorizado e crescimento do mercado para os produtos da rena (Ingold, 1976, p. 29). Isso explicava o seu desconcerto inicial, quando chegou ao campo e não encontrou animais nas redondezas dos agrupamentos humanos que ele considerava ser de pastores (Ingold, 2001). Isso o levava a rediscutir a noção de domesticação, através, por exemplo, da crítica à ideia de que quanto mais instaurada a dinâmica capitalista, mais intenso o controle de uma espécie – ao contrário, revelava-se uma emergência de dinâmicas extensivas, com técnicas próximas da caça.

Mas o principal da abordagem ingoldiana, que tem claros impactos nos desdobramentos posteriores e mais conhecidos de sua obra, como defendi em trabalho anterior (Sautchuk e Stoeckli, 2012) e o próprio Ingold (2013) indica mais recentemente, é sua atenção aos comportamentos da rena para entender a conformação pastoril, a exemplo de sua tendência de seguir uma liderança,

de ser atraída pelo som de sinos e de se agrupar diante da presença de um cão (Ingold, 1976, p. 36). Ingold mostra que é fundamental para o estudo dessas sociedades perceber que esses animais têm um movimento muito particular ao longo do território, além de uma organização própria. As renas, afirma ele, são animais que tendem a se organizar hierarquicamente e são capazes de se reconhecer como indivíduos com funções diferenciadas dentro de seu grupo (Ingold, 1976, p. 20). Tudo isso faz com que ele considere a rena não um objeto ou insumo natural a ser apropriado, mas um ser dotado de volição, em constante movimento e engajamento com o meio e com os humanos.

Em seu trabalho subsequente, *Hunters, pastoralists and ranchers*, realizado a partir de nova pesquisa de campo e de um apanhado de etnografias sobre renas, Ingold (1980, p. 82) é mais agudo em suas conclusões, esclarecendo que “a diferença entre a caça e o pastoreio não está nas características particulares dos animais, mas nas relações produtivas que ligam animais e homens”. Mas o produtivo aqui para Ingold (assim como para Sigaut) não remete a uma abordagem estritamente econômica ou utilitária. Para demonstrá-lo, ele busca, então, ferramentas que deram conta da relação direta entre humanos e renas, nas situações de grupo e individualmente.

Disso resultam duas proposições que considero mais relevantes. A primeira está na complexificação da noção de domesticação, que leva a reconhecer claramente a especificidade de três processos – doma ou amansamento, criação ou arrebanhamento e controle da reprodução – cuja falta de distinção causa inúmeros mal-entendidos. Por exemplo, o controle sobre a reprodução dos animais (*breeding*, em inglês) comumente conota a relação de doma e o status de animal para trabalho doméstico (Ingold, 1980, p. 124). Entretanto, para Ingold, isso não passa de uma confusão, pois um processo não condiciona os outros. Num intento similar ao de Sigaut, Ingold pensa a domesticação a partir de três processos não necessariamente concomitantes. A doma (ou *taming*) significa familiarizar o animal, aproximando-o do convívio humano, não necessariamente como propriedade. O arrebanhamento (ou *herding*) significa ter grupos de animais como propriedade, mesmo que estes não sejam domados nem tenham sua reprodução controlada. Já o controle da reprodução (ou *breeding*) refere-se especificamente ao que se chama de “domesticação morfológica”, mesmo que os animais permaneçam em vida selvagem. Várias intensidades e combinações poderiam, então, ocorrer entre esses três processos.

Veja-se o caso de grupos de animais em economias do tipo *rancher*, que são domesticados do ponto de vista reprodutivo, mas não necessariamente domados, vivendo livres por áreas muito extensas. Situação inversa é a de animais

domados e usados por caçadores como iscas, para atrair outros espécimes, mas que nem por isso são agrupados e tampouco têm sua reprodução condicionada por ações humanas. Os pastores por ele estudados, por sua vez, não domam nem controlam a reprodução, apenas arrebanham. E Ingold (1980, p. 82) alerta que “não se pode referir a estas combinações como estados de ‘semidomesticação’, pois a implicação de que eles estão em processo de evolução em direção a uma domesticação ‘completa’ não é garantida”. Em outras palavras, e assim como Digard, Ingold considera essas “situações-limite” plenas de sentido, frente às quais é preciso reconhecer a inadequação das noções de doméstico e selvagem com que estamos habituados.

O segundo ponto relevante de sua abordagem é a elaboração acerca da distinção entre predação, simbiose e parasitismo, para compreender os mecanismos de interação com as renas. Essa visão ecológica introduz no horizonte duas coisas fundamentais para sua abordagem etnográfica, a saber, um caráter operacional, dinâmico, e uma distinção de escala. Por exemplo, Ingold mostra que, se a predação e o parasitismo são negativos para os indivíduos, no nível da população essa negatividade pode anular-se ou mesmo inverter-se. Como se sabe, os predadores exercem papel fundamental na manutenção de longo termo das populações predadas. Por outro lado, a simbiose caracterizada no pastoralismo das renas contém um desequilíbrio que pode levar a transformações abruptas no sistema de relações, revelando-se negativa para as espécies envolvidas. Para compreender as transformações sofridas na relação com a rena num sentido histórico, Ingold (1980, p. 143) aciona esses aspectos técnicos e ecológicos na comparação entre a predação da rena por lobos e por humanos, e em seguida associa isso a um tratamento da racionalidade das estruturas de produção e distribuição dos produtos obtidos nessa relação.

É importante ressaltar como Ingold e os franceses executam o movimento similar de reconfigurar os termos do que poderia consistir em aspectos relevantes numa etnografia. Para tanto, eles dialogam francamente não apenas com o arcabouço conceitual, mas sobretudo com as aproximações empíricas da biologia, da zootecnia, da ecologia, etc. E não simplesmente para aplicá-los ou submeter-se a eles, mas para debatê-los e colocá-los em discussão a partir da etnografia, isto é, como vetores de reflexão e de indagação. Isso é muito diferente de apenas importar conceitos ou modelos de outras áreas, pois se trata de um esforço para reposicionar o intento etnográfico a partir de diferentes formas de aproximação empírica. O retorno a esses trabalhos, a propósito da noção de domesticação, é oportuno justamente porque eles indicam caminhos para uma crítica à distinção natureza-cultura (ou humano-animal, sujeito-objeto) que vai além de um esforço teórico-reflexivo.

Por exemplo, suas abordagens evitam que se recaia na reificação da própria categoria biológica de espécie, como sugere o movimento que propõe uma etnografia “multiespécies”, ou mesmo na pressuposição de dois polos naquilo que se convencionou chamar da relação entre humanos e animais. Poderíamos ver esse diálogo franco com o vocabulário e os processos com os quais lidam diferentes vertentes da biologia não como uma adesão irrefletida, mas como uma forma de empreender uma postura reflexiva em relação aos seus termos.

O que é um humano? Antropologia e domesticação

Uma questão que certamente poderia advir é sobre a relevância de se continuar lidando com o termo domesticação diante dos cenários de reformulações conceituais e epistêmicas da antropologia contemporânea. Vale situar de início alguns esforços de pesquisa e reflexão que apontam diferentes razões para tal. Citem-se de início as abordagens de escopo mais geral sobre o advento ou não da domesticação animal, tal como tem sido explorado, por exemplo, pela etnologia da Sibéria, com Willerslev et. al. (2014), ou da Amazônia, com Descola (1998 e 2013, p. 377 ss.). Essas aproximações são realizadas como uma forma de articulação de temas etnológicos contemporâneos (notadamente o animismo e o sacrifício), associando-os à existência (ou não) da domesticação animal na longa duração, o que permite alcançar certo nível de generalidade em suas interpretações. Ambos adotam uma definição mais estrita de domesticação (o controle da reprodução) para empreender suas análises; e manejam contrastes relativamente bem definidos tanto entre caça e pastoralismo (e também entre domesticação e amansamento), por um lado, quanto entre prática e ideologia (ou discurso), por outro. Curiosamente (ou sintomaticamente), eles chegam a conclusões opostas para a Amazônia e para a Sibéria. Enquanto para Descola (1998 e 2013, p. 377 ss.) as concepções animistas teriam tornado sem sentido a domesticação animal da fauna autóctone (por ser incompatível com a predação), para Willerslev et al. (2014) elas teriam justamente levado à domesticação, como uma forma de extensão ou aperfeiçoamento do sentido da caça. Não seria talvez inútil o cotejamento dessas duas interpretações etno-históricas sobre a domesticação, sobretudo num momento em que Amazônia e Sibéria despontam como um eixo de diálogo promissor na antropologia (p. ex. Brithtman et. al., 2012).

Essa adoção de um sentido mais estrito de domesticação por Descola e Willerslev et al., que é também o caso de certos escritos de Ingold (2001, ch. 4; cf. Sautchuk e Stoekli, 2012), tem alguns aspectos a serem notados. Ela

compõe uma estratégia de diálogo com outras áreas, projetando as perspectivas antropológicas contemporâneas, particularmente seu acúmulo de estudos acerca da relação com os animais, sobre debates que atravessam outras disciplinas (como a relação entre caça e pastoreio). Apesar de propor outras interpretações sobre o sentido da domesticação, desestabilizando, assim, visões etnocêntricas (ou ocidentais) sobre o passado – seja o passado de outros povos ou de uma pretensa Humanidade –, o emprego do sentido estrito da noção de domesticação pode gerar reservas de antropólogos mais próximos da complexidade etnográfica das relações com os animais. É o caso de Knight (1996, 2011), que trata de macacos em reservas no Japão, ou de Jaclin (2013), em seu estudo sobre a crescente população de animais exógenos nos Estados Unidos – ambos visando a problematizar a relação entre o selvagem e o doméstico, repensando o sentido de tais noções.

Talvez seja o caso de ver nisso uma diferença de escala e de intenção no emprego dos conceitos, percebendo a que arenas e audiências esses autores se dirigem. Seja como for, o fato é que, se a domesticação tem sido reativada como problema, inclusive numa revisitação ao tema das “origens” (cf. também Rival, 2012b e Rival e Doyle, 2008, para um exemplo do mundo vegetal), isso não significa que os antropólogos estejam simplesmente adotando uma definição mais estrita. Ao contrário, parece que a etnografia vem de fato contribuindo para novas percepções da domesticação como fenômeno histórico. Veja-se como Stépanoff (2017), ao tratar do advento do pastoralismo da rena no Ártico eurasiático, evita as explicações centradas na volição humana para incluir as motivações e agências das renas num cenário de adaptações recíprocas. Ele emprega uma abordagem multidisciplinar para descortinar um processo de intensificação e arrebanhamento que originou novas socialidades híbridas. Já Anderson et al. (2017), a partir de pesquisas etnográficas no norte da Eurásia e da América do Norte, tratam a domesticação da rena a partir da ideia do encontro e do foco nas estruturas físicas (amarras, cercados, armadilhas), evitando centrar-se na oposição entre dominação e mutualismo, para falar de formas de controle, cuidado e conforto (ver também Anderson, 2017).

Ao incluir a dimensão espacial e suas estruturas entre os fatores centrais do modo de relação entre humanos e renas, essas duas perspectivas, aliás, nos lembram a noção de “domesticação da paisagem”, empregada pela ecologia histórica na América do Sul (Erickson, 2006). Isso implica entender a domesticação como um conceito abrangente na antropologia (Erickson, 2006, p. 235), pois amplia o foco para várias espécies ao mesmo tempo, evita a oposição entre forrageio e agricultura ou criação, e enfoca as situações particulares, afastando dessa forma o continuum evolucionista e abrindo perspectivas para

a emergência das situações etnográficas. O principal argumento, contudo, é o de retirar a ênfase na ação sobre uma espécie para indicar a organização do espaço como processo fundamental de uma convivência ampla entre humanos, animais e vegetais:

A domesticação da paisagem engloba todas as práticas não genéticas, intencionais e não intencionais, e atividades dos humanos que transformam os ambientes locais e regionais em paisagens culturais produtivas, fisicamente organizadas para os humanos e outras espécies (Erickson, 2006, p. 241).

Diante desse cenário de usos bastante variados, parece forçoso pensar a definição dos conceitos em antropologia (ou ao menos da domesticação) como estando particularmente abertos à manipulação, à ambiguidade e às transformações em diferentes contextos (Gellner, 2003). Parece que é justamente isso que emana dos debates que têm sido promovidos sobre o tema, demonstrando o esforço de engajar perspectivas ou mesmo pesquisadores de outras áreas, como a arqueologia e a biologia, assim como pesquisas de caráter histórico e etnográfico.

Um bom exemplo dos resultados desse tipo de postura em pesquisas etnográficas de maior fôlego é o trabalho de Lien (2015), que, a partir de seus estudos sobre criação de salmão na Noruega e na Tasmânia, tem lidado criativamente com a noção de domesticação. Em primeiro lugar, ela maneja o termo para viabilizar uma interface ampla com outras áreas, sem adotar suas perspectivas, mas também sem passar ao largo delas. Seu objetivo é explorar o tipo de trabalho que a domesticação opera, sobretudo como uma ideia para se articular com outras ideias (Lien, 2013, p. 7). Justamente por ser um conceito fluido, altamente mutável, a “domesticação funciona [...] como uma ferramenta comparativa, que mobiliza conexões e continuidades através de vários domínios temporais e temáticos” (Lien, 2015, p. 5). A ideia é que certos dilemas contidos na noção de domesticação podem ser úteis justamente para a antropologia compreender as diferenças.

Muito embora, para Lien, o ponto-chave desse movimento de retomada seja a necessidade de uma renovação da aproximação empírica às situações práticas da domesticação,

O que nós precisamos talvez não seja um novo exercício filosófico para definir o *Anthropos*, mas uma multiplicidade de etnografias cada vez mais atentas, que persigam as práticas de domesticação dentro e fora das estradas que o mapa rodoviário da arqueologia nos deixou. O que proponho não é uma antropologia pós-humana, nem mesmo uma

etnografia pós-humana (nós entramos no campo como seres humanos, sempre), mas uma etnografia que admite uma ampla e imprecisa versão do *Antropos*. Uma versão que habite as enredadas, múltiplas e indeterminadas relações de crescimento, alimentação, morte, cuidado, deglutição e digestão em suas múltiplas versões (Lien, 2013, p. 22-3).

Ela associa a ideia da domesticação com a necessidade de uma guinada na forma de abordar esses temas em campo, levando o etnógrafo a recolocar o sentido do humano em discussão. Parece uma saída interessante; e as propostas apresentadas acima oferecem caminhos para avançar nesse tipo de agenda. É interessante notar como Lien (2015) associa a noção de domesticação com a perspectiva aberta do *becoming*, proposta por Ingold (2011) mais recentemente. Mesmo que a crítica de Ingold às noções de espécie e de organismo façam a ideia de domesticação perder ênfase em seu pensamento (Sautchuk e Stoeckli, 2012), Lien mostra que é viável lidar com esse termo a partir de novas agendas (Lien et al., no prelo, 2018). Para ela a revisitação crítica da domesticação passa por considerá-la um conceito fluido, altamente mutável, exatamente como são as relações com os animais. Desse modo seria possível, ao considerar as práticas de domesticação para além da distinção natureza e cultura, reapropriá-la frente aos desafios do mundo contemporâneo (Lien, 2015, p. 165), viabilizando comparações de diferentes ordens.

Considerando as últimas três décadas, notamos certa constância nos esforços de reflexão coletiva sobre domesticação na antropologia. À publicação do número especial da revista *L'homme* em 1988 (v. 28, n. 108, *Les Animaux: domestication et représentation*), fruto de debates anteriores, seguem-se a realização de um evento no Japão em 1992 (Ellen e Fukui, 1996; cf. especialmente Harris, 1996); em 2004, outro evento em Tucson (Cassidy e Mullin, 2007); e em 2016, em Paris, a conferência *Domestication and hybrid communities: coexistence, coevolution, cooperation*. Em todas essas situações, é possível notar um duplo movimento: a busca pela reafirmação do termo, instituindo-o como conceito legítimo e questão relevante (mas afastado do paradigma do controle humano e das origens), ao mesmo tempo em que se propõe mover, ampliar e mesmo esgarçar seu campo semântico, abrindo lugar para a variedade das situações etnográficas.

No evento em Paris, esse último tom esteve especialmente presente; e o grupo de biólogos, antropólogos e arqueólogos concordou em pensar a domesticação em relação com noções como a de interação, mutualismo e simbiose, revisitando, inclusive, as ideias de dominação e intencionalidade. Ao final dessa conferência, após três dias de discussão, houve um debate de encerramento, no qual não se alcançou uma sistematização objetiva sobre essa

noção. Mas essa incapacidade de síntese, essa tendência centrífuga, parece, a meu ver, justamente a principal razão pela qual a retomada da domesticação pela antropologia é instigante. Trata-se de um termo que se tem mostrado refratário a definições, circunscrições, fechamentos, classificações, mas que, por outro lado, ou justamente por isso, impulsiona o debate, a controvérsia, a inquietação, as pontes interdisciplinares, a mobilização e o contraste de diferentes sentidos. Parece difícil imaginar uma agenda mais oportuna para a antropologia.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, David G. 2017. Humans and Animals in Northern Regions. *Annual Review of Anthropology*, 46: 133-149.
- ANDERSON, D. G., Loovers, J. P. L., Schroer, S. A. and Wishart, R. P. 2017. Architectures of domestication: on emplacing human-animal relations in the North. *Journal of the Royal Anthropol. Inst.*, 23: 398-418.
- BOAS, Franz. 1938. *The mind of primitive man*. New York: Macmillan.
- BRIGHTMAN, Marc; GROTTI, Vanessa; ULTURGASHEVA, Olga (eds.). 2012. *Animism in rainforest and tundra: personhood, animals, plants and things in contemporary Amazonia and Siberia*. New York and Oxford: Berghahn Books.
- CASSIDY, Rebecca. 2007. "Introduction: reconsidering domestication". In CASSIDY, R.; MULLIN, M. (eds.) *Where the wild things are now: domestication reconsidered*. Oxford: Berg. pp. 1-25.
- CASSIDY, Rebecca; MULLIN, Molly (eds.) 2007. *Where the wild things are now: domestication reconsidered*. Oxford: Berg.
- CLUTTON-BROCK, Juliet. 1994. "The unnatural world: behavioral aspects of humans and animals in the process of domestication". In: A. Manning and J.A. Serpell (eds.), *Animals and human society*. London: Routledge. pp. 23-35.
- DA MATTA, Roberto. 1967. "La panema : un essai d'analyse structurale." *L'Homme*, 7(3): 5-24.
- DESCOLA, Philippe. 1986. *La Nature domestique*. Symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar. Paris, Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme.
- DESCOLA, Philippe. 1998. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana*: vol.4, n.: 23-45.
- DESCOLA, Phillippe. 2013. *Beyond nature and culture*. Chicago: University of Chicago Press.

- DESCOLA, Philippe. 2016. Biolatriy: A Surrender of Understanding (Response to Ingold's 'A Naturalist Abroad in the Museum of Ontology'), *Anthropological Forum*, 26:3, 321-328.
- DESCOLA, Philippe e PÁLSSON, Gisli. 1996. Introduction. In P. Descola & G. Pálsson (Orgs.), *Nature and society: anthropological perspectives*. Londres: Routledge: 1-22.
- DIGARD, Jean-Pierre. 1988. "Jalons pour une anthropologie de la domestication animale". *L'Homme*, 28(108): 27-58.
- _____. 2009 [1990]. *L'homme et les animaux domestiques: anthropologie d'une passion*. Paris: Fayard.
- _____. 2012. A biodiversidade doméstica: Uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal. *Anuário Antropológico*, II | 2012: 205-223.
- ELLEN, Roy. and FUKUI, K. (eds.). 1996. *Redefining nature: ecology, culture and domestication*. Oxford: Berg.
- ERICKSON, Clark. The domesticated landscapes of the Bolivian Amazon. In *Time and complexity in historical ecology*, edited by William Balée and Clark L. Erickson. New York: Columbia University Press. pp. 235-278.
- ERIKSON, Philippe. 1987. "De l'appivoisement à l'approvisionnement: chasse, alliance et familiarisation en Amazonie amérindienne". *Techniques et Culture*, 9: 105-139.
- _____. 2012. "Animais demais... os xerimbabos no espaço doméstico matis (Amazons)." *Anuário Antropológico*, II/2011: 15-32.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. 2007 [1937]. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva.
- FERRET, Carole. 2012. "Towards an anthropology of action: from pastoral techniques to modes of action". *Journal of Material Culture*, 19(3): 279-302.
- FROEHLICH, Graciela. 2016. *O bem-estar na carne*. Um estudo antropológico sobre as relações entre humanos e animais a partir da categoria de 'bem-estar animal'. Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade de Brasília.
- GELLNER, Ernst. 2003. "Concepts and society". In *Ernest Gellner: selected philosophical themes*, vol. 1. New York: Routledge. pp. 18-46.
- HARRIS, David. 1996. "Domesticatory relationships of people, plants and animals". In: Roy Ellen and Katsuyoshi Fukui (ed.), *Redefining nature: ecology, culture and domestication*. Oxford: Berg. pp. 437-463.
- HAUDRICOURT, Andrés-Georges and DIBIE, Pascal. 1988. "Que savons-nous des animaux domestiques?" *L'Homme*, 28(108): 72-83.
- HAUDRICOURT, André-Georges. 2013 [1962]. *Domesticação de animais, cultivo de plantas e tratamento do outro*. Série Tradução, Departamento de Antropologia, UnB.
- INGOLD, Tim. 1976. *The skolt lapps today*. Cambridge: Cambridge University Press.

- _____. 1980. *Hunters, pastoralists and ranchers: reindeer economies and their transformations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1987. *The appropriation of nature: essays on human ecology and social relations*. Manchester: Manchester University Press.
- _____. 1988. *What is an animal?* London: Routledge.
- _____. 2000. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge.
- _____. 2011. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge.
- _____. 2013. "Anthropology beyond humanity". *Suomen Antropologi: Journal of the Finnish Anthropological Society*, 38(3): 5-23.
- _____. 2015. "Comment: from the master's point of view: hunting is sacrifice". *Journal of the Royal Anthropological Institute*, (N.S.)21: 24-27.
- _____. 2016. A Naturalist Abroad in the Museum of Ontology: Philippe Descola's Beyond Nature and Culture, *Anthropological Forum*.
- JACLIN, David. 2013. In the (bleary) eye of the tiger: an anthropological journey into jungle backyards. *Social Science Information*, 52(2): 257-271.
- KIRKSEY, Eben; HELMREICH, Stefan 2010. "The emergence of multispecies ethnography". *Cultural Anthropology*, 25(4): 545-576.
- KOHN, Eduardo. 2013. *How forests think: toward an anthropology beyond the human*. Berkeley: University of California Press.
- KNIGHT, John. 1996. When timber grows wild: The desocialisation of Japanese mountain forests. In ed. Descola, Philippe and Palsson, Gisli. *Nature and society: Anthropological perspectives*. London: Routledge: 221-239.
- _____. 2011. *Herding monkeys to paradise: how macaque troops are managed for tourism in Japan*. Leiden, The Netherlands: Brill Academic.
- LEAL, Natacha. 2015. *Nome aos bois*. Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite. Tese de doutorado Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.
- LEACH, Helen. 2003. "Human domestication reconsidered". *Current Anthropology*, 44(3): 349-368.
- LEROI-GOURHAN, André. 1971. *Evolution et techniques I: l'homme et la matière*. Paris: Albin Michel.
- _____. 1973. *Evolution et techniques II: milieu et techniques*. Paris: Albin Michel.
- LIEN, Marianne. 2013. "Domestication as partial relations. Lively attachments and the anthropos of anthropology". Paper presented at the Sawyer Seminar workshop, University of California. 31 p. Mimeo.

- _____. 2015. *Becoming salmon: aquaculture and the domestication of a fish*. Oakland: University of California Press.
- LIEN, M., SWANSON, H. e GRO, B. (no prelo, 2018). Naming the Beast – Exploring the Otherwise. In SWANSON, H., LIEN, M., GRO, W. (eds.) *Domestication Gone Wild: Politics and Practices of Multispecies Relations*. Duke University Press.
- MAUSS, Marcel. 2006. *Techniques, technology and civilization*. New York, Oxford: Berghahn Books [edited by N. Schlanger].
- NASCIMENTO, Joelma. 2016. *Refletindo sobre a domesticação: afetos e relações de poder entre sujeitos humanos e não humanos no interior da Paraíba*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.
- O'CONNOR, Terence P. 1997. "Working at relationships: another look at animal domestication". *Antiquity*, 71: 149-156.
- PELOSSE, Valentin. 1991. "Comment penser la domestication animale?". *L'Homme*, 31(118): 133-139.
- RIVAL, Laura. 2012a. "Comment on J. Kinight 'The Anonymity of the hunt: a critique of hunting as sharing'". *Current Anthropology*, 53(3): 348-9.
- RIVAL, Laura. 2012b. "Animism and the meaning of life: towards an understanding of manioc domestication". In: M. Brightman, V. E. Grotti & O. Ulturgasheva (eds.). *Animism in rainforest and tundra: personhood, animals, plants and things in contemporary Amazonia and Siberia*. Oxford: Berghahn. pp. 119-41.
- RIVAL, Laura; DOYLE, McKey. 2008. "Domestication and diversity in manioc (*Manihot esculenta* Crantz ssp. *esculenta*, Euphorbiaceae)". *Current Anthropology*, 49(6): 1119-1128.
- RUSSELL, Nerissa. 2002. "The wild side of animal domestication". *Society & Animals*, 10(3): 285-302.
- RUSSELL, Nerissa. 2007. "The domestication of anthropology". In: R. Cassidy and M. Mullin (eds.), 2007. *Where the wild things are now: domestication reconsidered*. Oxford: Berg, pp. 27-48.
- SAUTCHUK, Carlos e STOECKLI, P. 2012. "O que é um humano? Variações da noção de domesticação em Tim Ingold". *Anuário Antropológico*, 2011/2: 227-246.
- SAUTCHUK, Carlos. 2016. Eating (with) piranhas: untamed approaches to domestication. *Vibrant*, 13 (2): 38-57.
- SHANKLIN, Eugenia. 1985. "Sustenance and symbol: anthropological studies of domesticated animals". *Annual Review of Anthropology*, 14: 375-403.
- SIGAUT, François. 1980. "Un tableau des produits animaux et deux hypothèses qui en découlent". *Production Pastorale et Société*, 7: 20-36.
- _____. 1988. "Critique de la notion de domestication". *L'Homme*, 28(108): 59-71.

SORDI, Caetano. 2017. *Presenças ferais: invasão biológica, javalis asselvajados (Sus scrofa) e seus contextos no Brasil meridional em perspectiva antropológica*. Tese de doutorado em Antropologia Social, UFRGS.

STÉPANOFF, Charles. 2017. The rise of reindeer pastoralism in Northern Eurasia: human and animal motivations entangled. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 23 (2): 376-396.

STOECKLI, Pedro. 2015. *Laços brutos: vaqueiros e búfalos no baixo Araguari - Amapá*. Tese de doutorado em Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.

STRATHERN, Marilyn. 2014. “Sem natureza, sem cultura: o caso Hagen”. In: *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify: 23-76.

TSING, Anna. 2015. *The Mushroom at the End of the World - On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Princeton University Press.

UEXULL, Jacob von. 2010 (1934). *A foray into the worlds of animals and humans (with a theory of meaning)*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press.

VANDER VELDEN, Felipe. 2012. *Inquietas companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana*. São Paulo: Alameda Casa Editorial.

WILLERSLEV, Rane; VITEBSKY, P; ALEKSEYEV, A. 2014. “Sacrifice as the ideal hunt: a cosmological explanation for the origin of reindeer domestication”. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, (N.S.)21: 1-23.